

INSTITUTO DE ECONOMIA¹ – UFRJ

INICIO DOS CURSOS – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011 (18/03)

250 ANOS EM 40 MINUTOS

ANTONIO DIAS LEITE²

A economia é um campo científico relativamente novo. Os primeiros estudos, ainda hoje relevantes, datam do século XVIII, coincidindo com profundas mudanças econômicas e sociais da revolução industrial³.

Publicaram-se vários textos importantes antes e depois de Adam Smith mas, “A Riqueza das Nações”, de 1776, é um marco na história da economia que então se designava como “Economia Política”. Daí para o fim do século XIX intensificaram-se estudos teóricos e surgiram novas contribuições, ligadas ao capitalismo que então prevalecia. Foi-se construindo, passo a passo, com controvérsias, o liberalismo que propugnava pela liberdade individual e livre iniciativa, democracia representativa, propriedade privada, concorrência entre empresas e Estado mínimo. No mesmo século organizou-se outra corrente de idéias, socialista, que procurava eliminar o direito de propriedade sobre os meios de produção e as diferenças entre classes sociais. Culminou nos trabalhos de Karl Marx.

No início do século XX a ciência econômica teve que absorver o impacto de quatro crises que atingiram o mundo ocidental industrializado: a de longa e desgastante primeira guerra mundial, a do surgimento do socialismo real na Rússia sob o regime político do comunismo, inspirado em parte nas teses marxistas, a da desordem econômica que se originou na Alemanha e se propagou por vários mercados europeus, conduzindo a uma hiper-inflação e, por fim, em 1929, a crise mundial, originada nos Estados Unidos, com a quebra das bolsas e instituições financeiras.

Contaminou a economia e provocou deflação com inimaginável nível de desemprego.

Teorias consagradas do liberalismo foram postas em dúvida, especialmente com as críticas contidas em livro de 1936, de J.M.Keynes, quanto ao equilíbrio automático do sistema capitalista então vigente e à possível intervenção do Estado. A grande repercussão desse trabalho deu início a nova fase de debate econômico.

De outro ponto de vista, havia ficado claro, desde a crise de 1929, que para avançar-se no conhecimento e na análise da economia real eram necessárias informações estatísticas sistemáticas com detalhe muito maior do que as que existiam, mesmo nas nações mais avançadas, à exceção das tradicionais estatísticas demográficas. Nos Estados Unidos publicações regulares e abrangentes surgiram na década de 1940. Mudava a ênfase dos debates, com menos teoria e mais análises quantitativas, inclusive no estudo da renda nacional, dos ciclos econômicos e das previsões do futuro.

Nessa época, o nosso país só contava com limitado número de estudiosos de economia, autodidatas oriundos de escolas de comércio, engenharia e direito, cujos cursos contavam com disciplinas de “economia política”. A vida econômica do país era dominada pelo pensamento liberal até a revolução política de 1930, quando começou a intervenção direta do governo na economia. Em termos políticos intensificavam-se debates entre liberais, marxistas, comunistas, e nacionalistas. Em 1935 ocorreu tentativa de golpe comunista e em 1937 de golpe fascista. Nesse ambiente foram os autodidatas não radicais que levaram a cabo a organização dos cursos de economia, inclusive com a constituição, em 1938, pela

iniciativa privada, da modesta Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro⁴.

Entre 1938 e 45 o mundo industrializado se envolveu em uma segunda guerra mundial, ainda mais trágica e abrangente que a primeira. Coincidiu no Brasil com o Estado Novo, de inspiração facista (1937). Nesse período o governo federal intensificou a sua ação direta na economia, com a colaboração de varias classes empresariais. Elaboraram-se e executaram-se planos setoriais de governo, com destaque para a constituição de Volta Redonda (1940), primeira grande siderúrgica integrada a construir-se no hemisfério sul, e da Vale do Rio Doce para exploração e exportação de minério de ferro. Ambas contaram com o apoio financeiro do Eximbank dos Estados Unidos.

Ao termino da segunda guerra surgiu a Organização das Nações Unidas, entidade política, compreendendo agencias especializadas em matérias de interesse econômico e social. Estabeleceram-se também órgãos regionais, com destaque para a CEPAL, dedicada à economia da América Latina. Depois de uma das mais acirradas discussões da história econômica (Bretton Woods 1943) foi instituído o Fundo Monetário Internacional, (FMI), cuja vida continuou marcada por sucessivas e persistentes controvérsias.

Nas relações internacionais evidenciou-se logo incompatibilidade entre os Estados Unidos e a União Soviética, ex-aliados na guerra contra a Alemanha, na busca da liderança mundial. Iniciou-se disputa de quarenta anos que entraria para a história como “Guerra Fria”, que só terminou com a queda do muro de Berlin (1989).

Na Europa a destruição física da economia de ex-beligerantes, principalmente Alemanha, e o receio que ela pudesse voltar-se para o lado comunista, deu origem ao Plano Marshall (1947), programa de reconstrução patrocinado pelos americanos. Antes disso foi criado o Banco Mundial (1945), inicialmente intitulado de “Reconstrução e Desenvolvimento”, onde se começou a classificar os países segundo o seu desenvolvimento econômico e a fazer abrangente trabalho de normatização das estatísticas que possibilitaram estudos econômicos comparativos em escala mundial. Ficou claro que não havia ricos e pobres, mas toda uma gradação de níveis de renda per capita, a definir e analisar. A CEPAL⁵ teve o mérito de colocar em foco as questões econômicas típicas da região. Ganharam importância os conceitos de economia periférica e de sub-desenvolvimento.

No Brasil, o Presidente Getulio Vargas instituiu em 1945 a Comissão de Planejamento Econômico, vinculada ao Conselho de Segurança Nacional e voltada para os problemas do país no pós-guerra. Os membros foram escolhidos entre empresários de vários setores e servidores públicos do alto escalão. Ainda não estavam disponíveis economistas profissionais. Em termos de política econômica, aqui como em outros países, ganhou corpo controvérsia sobre planejamento econômico, ficando de um lado o prestígio adquirido pelos resultados materiais dos planos quinquenais da União Soviética e, de outro, a convicção da sua incompatibilidade com as liberdades econômicas do regime democrático.

No plenário da Comissão de Planejamento travou-se histórico debate entre o economista liberal Eugenio Gudín e Roberto Simonsen, representando a FIESP⁶. Independentemente da divergência ideológica ficou claro que o Brasil não dispunha de sistema de informações que servisse de base a um planejamento econômico nacional. É interessante

registrar que foi um liberal que promoveu, por volta de 1947, a busca de informação quantitativa sistemática, na recém criada Fundação Getulio Vargas visando a avaliação da Renda Nacional, das transações com o exterior e o acompanhamento regular dos preços internos. O Brasil acompanhava de perto o que se fazia nos países avançados. A primeira publicação sobre a renda relativa ao período 1947/49 se deu em 1950⁷.

Em época de estreita colaboração com os Estados Unidos foi instituída em 1950 a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos que desenvolveu com pragmatismo estudos e planos de ação acompanhados de financiamentos do BID e do Eximbank. Como contrapartida nacional a esses financiamentos foi constituído (1952), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE.

Nesse mesmo período, e em diferente direção, a política do petróleo envolveu longa mobilização popular nacionalista que passou a história como a campanha do “petróleo é nosso”. Lei aprovada no Congresso em 1953, após intenso debate, mais político do que econômico, estabeleceu o monopólio em nome da União e autorizou a constituição da Petrobras para exercê-lo.

Terminada a era Vargas⁸ deu-se a eleição democrática do presidente Kubitschek, trazendo João Goulart como vice. JK era comprometido com a integração nacional baseada na construção de Brasília. Apresentou-se, pela primeira vez, programa integrado de desenvolvimento econômico, o “Plano de Metas”, centrado na infra-estrutura de energia elétrica e transportes rodoviários, incluindo-se a implantação da indústria automobilística. A principal responsabilidade de coordenação foi atribuída ao BNDE, que já contava com jovens economistas, sob a direção do engenheiro Lucas Lopes e do diplomata/economista Roberto

Campos. Os projetos de JK foram, em grande parte, executados. Com o seu “desenvolvimentismo” intensificavam-se as discussões teóricas especialmente na análise das relações entre crescimento econômico e estabilidade monetária que pareciam difíceis, já que a inflação havia atingido ritmo inadmissível. O espaço dos estudos econômicos se ampliava, também, com viagens de aperfeiçoamento no exterior e a criação, pela FGV, de uma escola de pós-graduação, a EPGE (1960).

Desde que se tornaram disponíveis confiáveis e continuadas estatísticas macroeconômicas (1948), foi observado no Brasil um período de 33 anos com forte e sustentado crescimento econômico, em ritmo médio de 7,5% aa., convivendo com inflação oscilante porém persistente (mediana 34%). Essa trajetória teve grave interrupção em 1962/64.

Na eleição presidencial de 1960 foi surpreendente a escolha, por maioria absoluta, do candidato Jânio Quadros, simultaneamente com João Goulart, o vice da chapa oposta. A inexplicada renúncia do presidente, sete meses depois da eleição, foi aceita pelo Congresso no qual não detinha maioria. Seguiu-se resistência à posse do vice, especialmente da parte de conservadores e militares. A contestação quase levou o país a um conflito aberto. Iniciava-se governo tumultuado. Ao recuperar a plena capacidade do cargo o presidente apresentou um bem comportado Plano Trienal, elaborado com apoio da equipe do BNDE sob a direção de Celso Furtado, primeiro economista por formação a assumir tal responsabilidade. Na prática, ideologia e demagogia complicavam o governo. San Tiago Dantas se esforçou, em vão, em seus cinco meses no ministério da fazenda, para colocar em prática alguma racionalidade econômica. Do lado político as posições se radicalizaram. A economia do país sofreu decréscimo entre 1962 e 1964 e a inflação disparou, apontando para 90%. O governo ficou em minoria política e o presidente

foi destituído. Os militares organizaram novo governo, que deu início, do lado político, a uma época de autoritarismo e, do lado econômico à retomada da trajetória de desenvolvimento.

O PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo foi elaborado a partir da convicção que era indispensável retomar o controle da inflação, o que foi feito de forma gradualista visando o retorno, em 3 anos, ao nível, ainda alto, que vigorava antes do surto inflacionário. O crescimento foi positivo, porém modesto.

Só durante os governos seguintes, entre 1968 e 74, é que o crescimento econômico se acelerou, alcançando o ritmo médio de quase 11% ao ano, o mais intenso em toda a história do país, acompanhado de decréscimo do ritmo da inflação até 16% em 1973. Elevou-se a renda média per-capita e incorporou-se importante segmento da população à economia de mercado, embora sem melhoria mensurável na repartição da renda. Em um contexto de grandes transformações, cresceu o interesse pelo acompanhamento da evolução do país, capaz de alimentar, de forma sistemática, a análise e a gestão das políticas públicas e, para isso foi organizado o Instituto de pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. No âmbito do IBGE instituiu-se a Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios – PNAD, para acompanhar a evolução social, que foi publicada com continuidade e desdobramentos, desde 1969.

Entre as duas crises de preço do petróleo (1974 e 79), a evolução econômica do país foi marcada pelo esforço de ignorar o que se passava no mundo dando lugar à expressão que o Brasil era uma “ilha de prosperidade”. O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foi excessivamente ambicioso, com grandes investimentos simultâneos que não puderam ser realizados. O crescimento oscilou em torno da média

anual de 7% e a inflação foi crescente até atingir 110% em 1980, apontando para o risco de hiperinflação. O último período autoritário sofreu as conseqüências do desequilíbrio herdado, com continuada perda de renda e inflação disparada. Deterioraram-se também, aqui e no restante da América Latina, a relação dívida externa/exportações e o balanço de pagamentos, ainda em função da alta dos preços do petróleo. O serviço da dívida, decorrente de créditos externos abundantes agravou o desequilíbrio, resultando na “crise da dívida externa” cujo marco foi a moratória do México (1982) que atraiu a atenção internacional.

No Brasil teve lugar (1985), eleição indireta para Presidência da República e convocação de Assembléia Constituinte. Tancredo Neves morre antes de tomar posse e o novo governo, chefiado pelo vice José Sarney, se inicia com dificuldade. Recebeu, como legado uma equipe e uma política econômica ortodoxas. Só no início de 1986, o governo assume feição própria, com nova equipe de economistas e um heterodoxo “Plano Cruzado”, que despertou inusitada confiança popular. No entanto, com a insolvência externa e a decretação, em fevereiro de 1987, da moratória relativa aos juros da dívida externa, o plano terminava em decepção e ocorreu nova troca de equipe. Não houve crescimento e a inflação se manteve em nível antes impensável.

Foi época de importantes eventos.

No Brasil não foi feliz o trabalho dos constituintes que concluíram em 1988 documento minucioso, por vezes contraditório, de inspiração parlamentarista, à última hora readaptado ao presidencialismo. Os seus próprios autores previram, surpreendentemente, que ela seria revista até 1995.

No exterior surgiam propostas variadas para correção dos desequilíbrios entre as quais teve especial repercussão o conjunto neoliberal que ficou

conhecido como “Consenso de Washington” (1989). Reafirmava-se o princípio de que o funcionamento da economia deveria fundar-se em mercados livres e competitivos, com a mínima presença do Estado, especialmente nas atividades de produção, e na abertura financeira e comercial entre as economias nacionais, com a eliminação às barreiras ao livre trânsito de capitais. Essas recomendações foram adotadas pelo FMI nas negociações da dívida externa. Alcançaram prestígio nos países afetados e criaram problemas e discussões .

No Rio de Janeiro, realizou-se com sucesso e repercussão internacional, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio92). Tratou de matérias que se entranharam, desde logo, no campo da economia, especialmente no que se refere à compatibilização entre investimentos requeridos pela sociedade e danos locais ao meio ambiente, envolvendo também prejuízos a populações afetadas. Requereu longo aprendizado de empreendedores e administradores públicos e ainda se presta a atitudes irrealistas.

Na área internacional ocorreu o colapso da União Soviética, depois da tentativa de liberalização do regime comunista conduzida por Gorbatschov, trazendo como consequência o desmantelamento do conjunto de países satélites e afetando, tanto a economia mundial como o nível de aceitação da ideologia soviética.

Surgiu a China como potência de primeira grandeza, ostentando contínuo e intenso ritmo de crescimento econômico em mercado cada vez mais aberto, mantendo-se no campo político o sistema comunista centralizado. Pela sua dimensão a entrada da China modificou profundamente os fluxos de comércio internacional.

O mundo desenvolvido caminhou inexoravelmente em rota financeira perigosa. O inter-relacionamento entre a multiplicidade e variedade de

estruturas e instrumentos financeiros inventados no final do século XX tornou impossível a identificação das cadeias de fluxos monetários e, por via de conseqüência, da origem de desequilíbrios. O quadro confuso espalhou-se por todo o mundo capitalista moderno.

No Brasil, a primeira eleição direta após a nova Constituição voltou a surpreender. Foi eleito presidente, com maioria absoluta, Collor de Mello que não tinha apoio nos grandes partidos políticos. Apresentou-se como reformador da maquina administrativa, em estilo mais destrutivo do que reorganizador. O confisco da poupança privada foi especialmente agressivo. Escândalos levaram ao seu impeachment. A inflação continuava inabalável e o país mantinha-se financeiramente isolado desde a moratória.

O vice Itamar Franco, que assume o governo, promove desde 1993 a renegociação, com sucesso, da dívida externa. Após varias experiências o ministério da Fazenda é entregue a Fernando Henrique Cardoso, que ocupava o ministério das Relações Exteriores. Coube-lhe reunir a equipe de economistas que construiu o Plano Real, baseado em sólida base teórica e em inovações adequadas à necessidade de lidar com o quadro incomum da hiperinflação.

O Plano Real foi imediatamente posto em pratica pelo novo presidente. Os planos de desenvolvimento mais antigos haviam sido focados na economia real, especialmente na base física e na infra-estrutura de serviços públicos. O novo plano era, antes de tudo, um plano de estabilização monetária, com metas de inflação e ênfase na economia de mercado.

A estratégia adotada teve como fundamentos a abertura comercial e uma taxa de cambio administrada, que resultou, de inicio, supervalorizada. O

objetivo era intensificar a concorrência no mercado interno e, por essa via, conter a elevação de preços. Já em 1996, foi alcançado ritmo de inflação inferior a 10% aa. Paralelamente realizou-se ampla operação de saneamento financeiro interno com a implantação do sistema de responsabilidade fiscal aceito pelo público, vencendo surpreendentemente a natural resistência da classe política. Na revisão da Constituição de 88 foram reduzidas atribuições do Estado e retiradas restrições ao capital estrangeiro. A privatização iniciada no governo anterior seguiu seu curso, com apoio da opinião pública quanto à liquidação de muitas empresas do governo que não se justificavam. No entanto a permanência do câmbio supervalorizado produziu desequilíbrio crescente do balanço comercial e outras conseqüências, terminando com a necessidade de desvalorização cambial.

A reeleição de FHC se dá em clima de incertezas financeiras e o ataque externo ao real, com rápidas e graves conseqüências que culminaram com a troca parcial da equipe de economistas. Estava disponível, então, grande número de economistas profissionais, divididos em vários grupos e escolas de pensamento, em contraposição à escassez de cinquenta anos antes. Predominava a equipe da PUC do Rio de Janeiro. Ao contrário do que ocorrera no governo JK perdia prestígio no governo FHC a base física da economia, com graves conseqüências como as do apagão de 2001 na energia elétrica provocado pela falta de investimentos em novas usinas. A economia nacional, no período dos dois governos FHC, teve crescimento médio inferior a 3%aa., acompanhado de inflação da ordem de 10%. No entanto a relativa estabilidade da moeda teve efeito positivo indireto sobre a distribuição de renda, a primeira que se verificava desde que se iniciaram os levantamentos estatísticos no terreno social. Além

disso, a população acostumou-se à idéia da moeda estável o que modificou atitudes e decisões de produtores e consumidores.

O presidente Lula foi eleito em 2002. A sua base política compreendeu forças oligárquicas tradicionais que se aliaram ao PT que, por sua vez, trouxe pelo menos duas correntes de opinião: a dos sindicalistas entre as quais se situava o próprio presidente e a dos esquerdistas participantes da antiga luta, inclusive de guerrilha, contra os governos militares.

Nos meios financeiros locais e internacionais pairou a dúvida sobre a inclinação do novo governo em relação à política econômica oriunda do governo anterior. Surpreendentemente para muitos o presidente optou pela preservação da equipe que, no Banco Central, cuidava da moeda, mantendo-se, de início, respeito pela responsabilidade fiscal.

Grande novidade veio no domínio social. Ao lado de discursos tradicionais e de medidas populistas voltadas para a angariação votos que assegurassem vitórias sucessivas nas eleições, vieram programas que reduziram a pobreza absoluta e contribuíram para um segundo degrau na redistribuição da renda, no Brasil.

No último ano, em função principalmente da campanha eleitoral, abandonou-se o equilíbrio fiscal, o que facilitou o caminho para que no Congresso se renovassem tradicionais propostas de ganância do dinheiro público.

Desde 2007 a ordem financeira mundial deteriorou-se, a olhos vistos, por obra dos próprios financistas. Em 2008 quebra, em New York, o banco Lehman Brothers, seguido de numerosos e contagiantes choques e acompanhado por desemprego generalizado. Confirma-se a dimensão do que viria a ser a maior e mais duradoura crise desde 1929.

O Brasil, seja por ter-se atrasado na adoção de todos os perigosos instrumentos novos seja por ter conservado parte dos controles sobre o mercado financeiro, passou quase ileso pela crise. No entanto o crescimento econômico, que já não era muito, sofreu um baque, passando a negativo em 2009, com recuperação em 2010, embora com inflação ressurgente.

Ao recapitular as mudanças econômicas que ocorreram, tanto aqui como no exterior, examinou-se também o esforço requerido dos economistas dedicados à teoria econômica. Tiveram eles que ampliar o escopo dos seus estudos para neles incluir matérias predominantemente financeiras além de crescente preocupação com a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente que, em conjunto, deram origem ao conceito de desenvolvimento sustentável. O currículo de graduação desta escola foi sendo adaptado às novas realidades e concepções⁹.

Tratei, até agora, do passado. Os que hoje ingressam no curso de economia não de preocupar-se, no entanto, e principalmente, com o futuro, conscientes de que o mundo está sempre mudando, seja lentamente seja em consequência de crises, e que as teorias e políticas econômicas devem se adaptar e renovar.

No momento, o fato mais importante para nós, no Brasil, é que o governo Lula ganhou mais uma vez as eleições, elegendo a presidenta Dilma Rousseff, que se propõe a combater o retorno ao descontrole fiscal e a renascente inflação, com promessa de disciplina financeira na administração pública. Se for bem sucedida nessa tarefa com aumento da eficiência nacional e redução do custo - Brasil, e se forem aproveitadas algumas condições favoráveis que se apresentam ao nosso país, poderemos estar iniciando novo período de desenvolvimento continuado.

NOTAS e REFERÊNCIAS

- ¹ - O atual Instituto de Economia da UFRJ, teve uma historia cheia de peripécias, com diversos nomes.
- a) Em 1938 foi fundada, pela iniciativa privada, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Contou com o apoio da Associação Comercial do Rio de Janeiro e, a seguir, da Fundação Getulio Vargas.
- b) Foi federalizada em 1946, com o nome de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. A sua efetiva incorporação à UFRJ, que então ainda se chamava Universidade do Brasil, ocorreu em 1949.
- c) Em 1979 foi criado, ao lado da FEA, o Instituto de Economia Industrial, com os objetivos de pós graduação e pesquisa.
- d) Em 1996 promoveu-se a fusão do departamento de economia da FEA com o Instituto de Economia Industrial, para constituir o Instituto de Economia. Ao mesmo tempo os outros departamentos passaram a constituir a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.
- ² - Antonio Dias Leite cursou engenharia (na então denominada Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil) e transferiu-se, progressivamente para as áreas de administração e economia. Obteve os títulos de docente livre e professor titular em concursos prestados na Escola de Engenharia e na Faculdade de Economia. Recebeu do Conselho Universitário da UFRJ o título de Professor Emérito. Foi Ministro de Minas e Energia em 1969/74. Acaba de publicar (Editora Campus-Elsevier fevereiro de 2011) segunda edição, revista e atualizada do livro “A Economia Brasileira – De onde viemos e onde estamos”, originalmente publicada em 2004.
- ³ - O estudo da historia econômica se fará no IE nos dois primeiros semestres e o de historia do pensamento econômico no quinto semestre.
- ⁴ - Ver nota 1.
- ⁵ - Comissão Econômica para a America Latina, sediada em Santiago (Chile), sob a coordenação de Raul Prebisch e Celso Furtado.
- ⁶ - É possível que o autor desta nota seja a única pessoa viva que esteve presente a esse debate.
- ⁷ - Antonio Dias Leite e Genival de Almeida Santos, “Estimativa da Renda Nacional do Brasil-1947/49”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.5,n4, 1951.
- ⁸ - Compreendeu os governos de Getulio Vargas, de 1930 a 1945, de Eurico Dutra, de 1946 a 1950 e, de novo Getulio Vargas, de 1950 a 1954.
- ⁹ - Conselho Federal de Educação 1984.